



ESCOLA SECUNDÁRIA DE SERPA

FICHA DE TRABALHO DE HISTÓRIA Nº6

HISTÓRIA – 11ºANO

Ano letivo 2022/2023

PORTUGAL- DIFICULDADES E CRESCIMENTO ECONÓMICO (final do século XVII a finais do século XVIII)

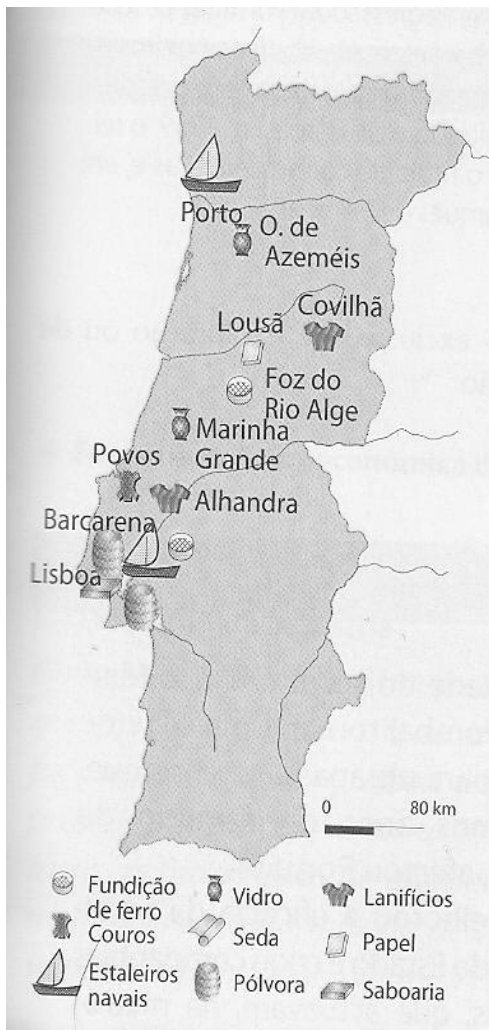
Doc. 1 – A CRISE DO FINAL DO SÉCULO XVII

Preços de venda em Lisboa dos produtos coloniais portugueses [em reis]			
Produtos	1650	1668	1688
Açúcar [arroba]	3 800	2 400	1 400
Tabaco [arrátel]	260	200	70
Cravo [quintal]	-	18 000	5 000

[...] o estado «lastimoso» em que se encontrava o comércio do reino, com consequências na drenagem de meios de pagamento monetários [...]. O problema económico [...] prendia-se com a balança comercial do reino. A perceção de défices sistemáticos sugere que a situação tinha níveis de gravidade inéditos na história das relações económicas com o exterior.

AAVV, *História Económica de Portugal: 1143-2010*, A Esfera dos Livros, 2011, p. 181.

Doc. 2 – O SURTO INDUSTRIALIZADOR DO CONDE DA ERICEIRA



DOC. 3 – A NECESSIDADE DO DESENVOLVIMENTO MANUFATUREIRO NO REINO

O comércio se faz, ou por permutação, ou por compra e venda: trocando fazenda e frutos por frutos e fazenda, ou pagando a dinheiro. Deste princípio, [...], se seguem três estados de comércio: primeiro, rico; segundo, medíocre; terceiro, pobre. [...] Nós estamos no terceiro estado de comércio, e esta é a única causa por que os estrangeiros tiram o dinheiro do reino. [...] Qual há de nós que traga sobre si alguma coisa feita em Portugal? Acharemos [...] que só o pano de linho e os sapatos são obras nossas. Chapéus, já se desprezam os nossos, e não se estima homem limpo o que não traz chapéu de França. [...] O único meio que há para evitar este dano, e impedir que o dinheiro saia do reino, é introduzir nele as artes [...] Das grandes utilidades que se seguirão ao reino [...] reduzirei a cinco pontos [...]: Primeiro – que a introdução das artes evitará em comum o dano que fazem ao reino o luxo e as modas. Segundo – que tirará a ociosidade do reino. Terceiro – que o fará mais povoado e abundante de gente e frutos, e poderá, sem que lhe faça falta, ter gente para as colónias e para a guerra. Quarto – que a Portugal, mais que a outra qualquer nação da Europa, é útil e necessária a introdução das artes. Quinto – que as rendas reais aumentarão. [...] O dinheiro nos reinos tem a qualidade que tem o sangue no corpo de alimentar todas as partes dele; e para o alimentar anda numa perpétua circulação, de sorte que não para senão com a inteira ruína do corpo. Isto mesmo faz o dinheiro: [...] Quando esta circulação do dinheiro se faz no reino, serve para alimentar o reino; mas quando sai do reino, faz nele a mesma falta que o sangue quando sai do corpo humano.

Duarte Ribeiro de Macedo, Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino, 1675.

DOC. 4 – O TRATADO DE METHUEN

Artigo I – Sua Sagrada Majestade El-Rei de Portugal promete, tanto em próprio nome como no de seus sucessores, admitir para sempre daqui em diante no Reino de Portugal os panos de lã e mais fábricas de lanifício de Inglaterra, como era costume até ao tempo em que foram proibidos pelas leis, não obstante qualquer condição em contrário.

Artigo II – É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e no de seus sucessores, será obrigada para sempre e daqui em diante a admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum [haja paz ou guerra entre os reinos de Inglaterra e de França] não se poderá exigir os direitos de alfândega nestes vinhos, [...], ou sejam transportados para Inglaterra em pipas, toneis ou qualquer outra vasilha que seja, mais do que o que se costuma pedir para igual quantidade ou medida de vinho de França, diminuindo ou abatendo uma terça parte do direito do costume. Porém, se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento de direitos, [...] for por algum modo infringido e prejudicado, Sua Sagrada Majestade poderá, justa e legitimamente, proibir os panos de lã e todas as mais fábricas de lanifício de Inglaterra.

Artigo III – Os ex.^{mos} Srs. Plenipotenciários prometem e tomam sobre si que seus amos, acima mencionados ratificarão este tratado e que dentro do termo de dois meses se passarão as ratificações.

1. **Apresente**, a partir do documento 1, as causas da crise vivida em Portugal no final do século XVII.
2. **Assinale** a única opção correta que indica o responsável pela política mercantilista em Portugal:
(A) Conde de Ericeira
(B) Duarte Ribeiro de Macedo
(C) Marquês de Pombal
(D) D. João V
3. **Identifique** três das cláusulas consagradas no Tratado de Methuen, relativamente ao comércio entre Portugal e a Inglaterra (doc. 4).
4. **Desenvolva** o seguinte tema:

A procura de afirmação das economias nacionais no contexto das rivalidades entre os Estados da Europa nos séculos XVII e XVIII: o papel do mercantilismo.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos para cada um dos seguintes tópicos de desenvolvimento:

- o mercantilismo e a economia nacional: objectivos;
- a política mercantilista implementada em Portugal no final do século XVII;
- da política mercantilista à abertura ao mercado inglês: consequências.

Deve integrar na resposta, para além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos 1 a 4

II GRUPO A POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL POMBALINA

Doc. 1 –O IMPULSO REFORMADOR DO MARQUÊS DE POMBAL

O processo de protoindustrialização encetado na segunda metade do século XVIII pelo marquês de Pombal através de sucessivas providências e medidas legislativas, que promoviam a criação de novos estabelecimentos fabris em território nacional [...]. Entre os aspetos mais diversos associados a este “surto industrial” importa, desde logo, sublinhar que o impulso legislativo de Sebastião José de Carvalho e Melo, tendente à criação de novas fábricas, aproveitando parcialmente, o tecido manufatureiro pré-existente, sobretudo no setor têxtil (nomeadamente na Covilhã e na Serra da estrela, em Portalegre ou na região do Minho [...]) ocorre num contexto de depressão económica, em larga medida provocada pela significativa diminuição das remessas de ouro do Brasil, que aconselhava a drástica redução da importação de produtos manufaturados [...]. O marquês de Pombal pretendeu, a um só tempo, superar esta situação de crise, tornar o país autossuficiente em determinados setores, equilibrar a balança de trocas comerciais entre Portugal, a Inglaterra e outras nações europeias [...] e finalmente reanimar a indústria têxtil nacional recorrendo para tal efeito a matérias-primas como o algodão, abundante no Brasil [...]. Este surto industrializador traduziu-se na criação de fábricas e de oficinas, cuja instalação foi em larga medida, financiada pelo Erário Régio. A par das unidades fabris régias, administradas pela Junta do Comércio, surgem paralelamente estabelecimentos particulares cuja operação era igualmente orientada e subsidiada pela coroa. [...] Todo este processo implicou o recrutamento de artífices, industriais e trabalhadores especializados em diversas nações europeias [...] que nalguns casos se fixaram no nosso país ... obtendo proteção, privilégios e isenções por parte da administração pombalina. Neste preciso contexto destacaram-se como William e John James Stephen ... mas nele viriam igualmente



DOC. 2 -MEDIDAS TOMADA PELO GOVERNO DO MARQUÊS DE POMBAL (1750-1777)

- 1759 – Execução dos Távoras e do duque de Aveiro. – Expulsão da Companhia de Jesus (Jesuítas).
- 1760 – Expulsão do núncio apostólico e corte de relações com a Santa Sé.
- 1761 – Lei que incorpora na Coroa os bens seculares dos Jesuítas.
- 1769 – Alvará que autoriza os comerciantes a constituir morgadios.
- 1770 – Declaração do comércio como profissão “nobre, necessária e proveitosa”.
- 1773 – Carta de lei que elimina a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

1. **Selecione** a única opção correta que indica o monarca de quem Pombal foi ministro.

- (A) D. João V
- (B) D. Pedro IV
- (C) D. José I
- (D) D. Maria I

2. Após a leitura do documento 1, **selecione** a alternativa correta, em cada um dos seguintes itens:

a. **O historiador considera que os objetivos da política económica pombalina eram:**

- A. - solucionar a crise; aumentar as importações; tornar o país autossuficiente; promover o comércio.
- B. - resolver a crise; aumentar a dependência face ao exterior; aumentar as exportações; promover a indústria.
- C. - resolver a crise, diminuir o défice, aumentar as importações; reduzir a autossuficiência.
- D. - resolver a crise; diminuir o défice; não depender do estrangeiro; desenvolver a indústria.

b. **Segundo o historiador, a política económica pombalina concretizou-se com:**

- A. - a criação de fábricas; a redução do papel do Estado; a importação de mão de obra especializada; a diminuição dos privilégios.

- B. - a criação de fábricas; o aumento da intervenção do Estado; a saída de mão de obra especializada; a diminuição dos privilégios.
- C. - a criação de fábricas; o financiamento do Estado; o recrutamento de mão de obra especializada; a concessão de privilégios.
- D. - o encerramento de fábricas; a redução do papel do Estado; o recrutamento de mão de obra especializada; a diminuição dos privilégios.

3. A partir dos dados da cronologia do documento 2, **indique** três das características da política social pombalina.

III GRUPO A FILOSOFIA DAS LUZES

DOCUMENTO 1- A APOLOGIA DA RAZÃO E DA EDUCAÇÃO

Chegará assim o momento em que o sol iluminará sobre a terra homens livres, não reconhecendo outro mestre além da sua razão [...].

Por uma escolha feliz, e pelos próprios conhecimentos e métodos de ensino pode-se instruir todo um povo de tudo o que cada um tem necessidade de saber [...] para reconhecer os seus direitos [...] para ser senhor de si próprio.

Condorcet, *Quadro dos Progressos do Espírito Humano*.

1. **Indique**, com base no documento 1, três dos motivos que levaram os filósofos iluministas a defenderem a importância da educação.

DOCUMENTO 2- O EXERCÍCIO DO PODER

Examinando-a bem [a autoridade política] [...] sempre se a fará remontar a uma destas duas fontes: ou a força e a violência daquele que dela se apoderou; ou o consentimento daqueles que lhe são submetidos, por um contrato celebrado ou suposto entre eles e aquele a quem deferiram autoridade. O poder que se adquire pela violência não é mais que uma usurpação e não dura senão pelo tempo que a força daquele que comanda prevalece sobre a daqueles que obedecem [...].

O príncipe recebe dos seus súbditos a autoridade que tem sobre eles e esta autoridade é limitada pelas leis da natureza e do Estado [...] ele jamais se pode servir dessa autoridade para destruir o contrato pelo qual ela lhe foi concedida [...].

O príncipe não pode, pois, dispor do seu poder e dos seus súbditos sem o consentimento da nação

Diderot, "Autoridade política", *Enciclopédia*.

2. Com base no documento 2, **identifique** três das ideias defendidas pelo autor quanto ao exercício do poder político.

3. Leia com atenção as afirmações que são apresentadas:

3.1. **Identifique** as afirmações verdadeiras V (verdadeiro) e falsas F (falso). **Corrija** as afirmações falsas.

Na Época Moderna existia um contexto social, político e intelectual propício à afirmação das ideias iluministas, caracterizado por alguns dos seguintes aspetos:

- | | |
|--|---|
| a) <input type="checkbox"/> crença na superstição como base do conhecimento. | g) <input type="checkbox"/> crença no progresso e na felicidade humana. |
| b) <input type="checkbox"/> a nobreza afirma-se como uma classe inovadora e progressiva. | h) <input type="checkbox"/> defesa da tradição e da conservação de superstições ancestrais. |
| c) <input type="checkbox"/> progresso no conhecimento do homem e da natureza. | i) <input type="checkbox"/> exercício da razão como base do saber. |
| d) <input type="checkbox"/> apego aos dogmas e ao saber livresco. | j) <input type="checkbox"/> exercício do espírito crítico /dúvida metódica. |
| e) <input type="checkbox"/> consolidação do espírito científico. | |
| f) <input type="checkbox"/> crença na submissão do Homem a um destino fatídico. | |

4. Foram várias as instituições e os meios que contribuíram para a divulgação do iluminismo. **Associe** os elementos da coluna A aos da coluna B.

Coluna A	Coluna B
1) Academia	A. Um dos mais famosos iluministas portugueses que divulgou novas ideias sobre o novo método de estudar.
2) Cafés	B. Teoria da divisão do poder na obra <i>o Espírito das Leis</i> .
3) Enciclopédia	C. No seu Salão reuniam grandes personalidades intelectuais do seu tempo e divulgavam-se ideias iluministas.
4) Frederico II da Prússia	D. Local de estudo de línguas estrangeiras e da teologia.
5) Luís António Verney	E. Instituições de carácter científico, artístico e literário, muitas vezes criadas pelos monarcas esclarecidos, e que visavam a promoção do saber.
6) Maçonaria	F. Locais de reunião e de tertúlia, tornados populares sobretudo a partir do século XVIII.
7) Madame de Geoffrin	G. Iluminista italiano que viveu em Portugal.
8) Montesquieu	H. Filósofo que defendia que o poder dos reis tinha origem divina.
9) Rousseau	I. Filósofo e enciclopedista que dirigiu a Enciclopédia com D'Alembert.
10) Voltaire	J. <i>Dicionário Racional das Ciências, das Artes e dos Ofícios</i> .
	K. Déspota Esclarecido, em cuja corte Voltaire foi recebido.
	L. Filósofo defensor da tolerância religiosa e das liberdades individuais e naturais do Homem.
	M. Defesa da teoria do <i>Contrato Social</i> e valorização da infância e da educação, na obra <i>Emílio</i> .
	N. Associação secreta, no seio da qual se cultivavam princípios adotados pelos iluministas.

Adaptado: Manual Porto Editora/Areal Editores